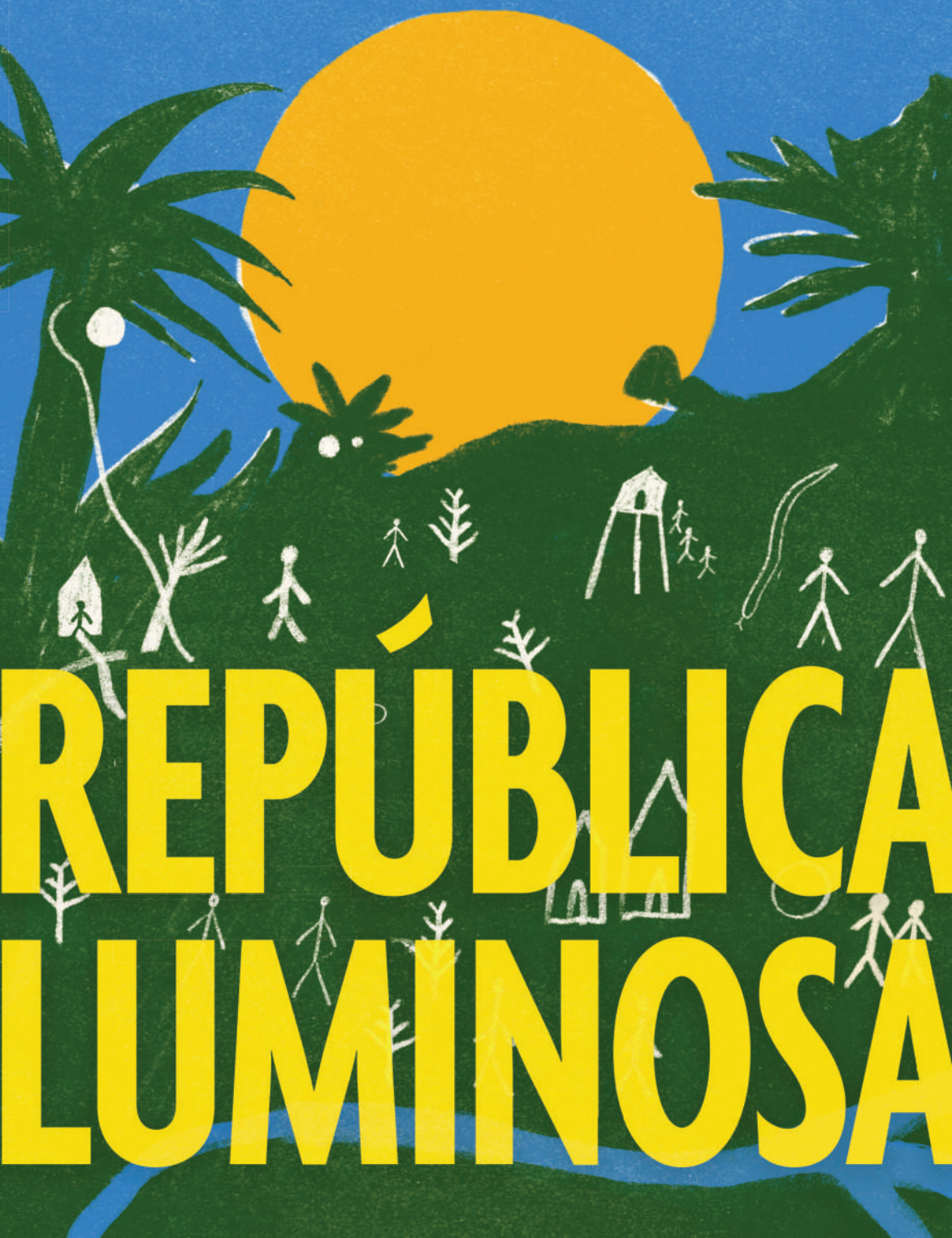


ANDRÉS BARBA

Vencedor do Prémio Herralde de Romance

ELSINORE



REPÚBLICA
LUMINOSA

À Carmen,
que é feita de terra vermelha

*Eu sou duas coisas que não podem ser ridículas:
um selvagem e uma criança.*

PAUL GAUGIN

Quando me perguntam pelas 32 crianças que perderam a vida em San Cristóbal, a minha resposta varia consoante a idade do meu interlocutor. Se tiver a minha, respondo que compreender não é mais do que reconstruir aquilo que vimos apenas em fragmentos; se for mais novo, pergunto-lhe se acredita em maus presságios. Respondem-me quase sempre que não, como se acreditar implicasse ter pouco apreço pela liberdade. Não faço mais perguntas e conto-lhes a minha versão dos factos, porque é a única coisa que tenho, e porque seria inútil convencê-los de que a questão não é tanto se apreciam a liberdade, mas, antes, não deverem acreditar tão ingenuamente na justiça. Se eu fosse um pouco mais enérgico ou um pouco menos covarde, começaria a minha história sempre com a mesma frase: «Quase toda a gente tem o que merece e os maus presságios existem.» E bem.

No dia em que cheguei a San Cristóbal, faz hoje vinte e dois anos, era um jovem funcionário dos Assuntos Sociais de Estepí, acabado de ser promovido. Em poucos anos, tinha passado de esquelético licenciado em Direito a homem recém-casado a quem a felicidade dava um ar mais elegante do que certamente teria no seu estado natural. A vida parecia-me uma simples sucessão de adversidades relativamente fáceis de superar que acabavam numa morte não sei se simples, mas tão inevitável que não valia a pena pensar nela. Na altura, não sabia que a

alegria era precisamente isso, a juventude precisamente isso e a morte precisamente isso, e que, embora não me enganasse essencialmente em nada, estava enganado acerca disso tudo. Tinha-me apaixonado por uma professora de violino de San Cristóbal três anos mais velha do que eu, mãe de uma rapariguinha de 9 anos. Ambas se chamavam Maia e ambas tinham o olhar atento, o nariz pequeno e uns lábios castanhos que me pareciam o cúmulo da beleza. De vez em quando, sentia-me como se me tivessem eleito para o seu concílio secreto, tão feliz por ter caído nas suas «redes» que, quando me ofereceram a hipótese de me mudar para San Cristóbal, corri para casa dela e pedi-lhe imediatamente que se casasse comigo.

Ofereceram-me o cargo porque, dois anos antes, tinha concebido um programa de integração de comunidades indígenas. A ideia era simples e revelou-se eficaz como programa-modelo: consistia em permitir que os indígenas tivessem exclusividade no cultivo de certos produtos. Nessa cidade optámos pelas laranjas e entregámos à comunidade indígena o abastecimento de quase cinco mil pessoas. O programa esteve quase a provocar um pequeno caos na distribuição, mas a comunidade acabou por reagir, e depois de um reajustamento, conseguiu transformar-se numa pequena cooperativa mais do que solvente, com a qual ainda hoje financia boa parte dos seus gastos.

O programa teve tanto êxito que o governo entrou em contacto comigo através da Comissão de Integração dos Indígenas para que eu reproduzisse o programa com os três mil habitantes da comunidade *ñeê* de San Cristóbal. Ofereceram-me uma casa e um cargo de direção no Departamento dos Assuntos Sociais. Maia conseguiu rapidamente voltar às suas aulas na pequena escola de música da sua cidade natal. Ela não o confessava, mas eu sabia que estava entusiasmada por voltar numa boa situação

à cidade que tivera de deixar por necessidade. O cargo incluía ainda a educação da miúda (sempre lhe chamei «a miúda», e quando me dirigia diretamente a ela dizia «miúda») e um salário que nos permitia poupar. Que mais podia eu querer? Custava-me controlar a alegria e pedia à Maia que me contasse coisas sobre a floresta, o rio Eré, as ruas de San Cristóbal... Ao ouvi-la falar, tinha a impressão de estar a entrar numa vegetação densa e sufocante na qual encontrava subitamente um lugar paradisíaco. Talvez a minha imaginação não fosse particularmente criativa, mas ninguém poderá dizer que não era otimista.

Chegámos a San Cristóbal no dia 13 de abril de 1993. O calor húmido era muito intenso e o céu estava totalmente limpo. Ao longe, enquanto avançávamos na nossa carrinha familiar, vi pela primeira vez a descomunal massa de água castanha do rio Eré e a floresta de San Cristóbal, esse impenetrável monstro verde. Não estava habituado ao clima subtropical e tinha o corpo ensopado de suor desde que entráramos no caminho de areia avermelhada que saía da estrada em direção à cidade. O atordoamento da viagem desde Estepí (a quase mil quilómetros de distância) tinha reduzido o meu ânimo a uma espécie de melancolia. Ao princípio, a chegada parecia um sonho e depois veio a textura sempre dura da pobreza. Tinha-me preparado para uma província pobre, mas a pobreza real é muito pouco parecida com a pobreza imaginada. Eu ainda não sabia que a floresta põe a pobreza em pé de igualdade, que a unifica e, de certa forma, apaga. Um presidente da Câmara desta cidade disse que o problema de San Cristóbal é que o sórdido está sempre a um pequeno passo do pitoresco. É literalmente verdade. Os traços das crianças *ñeê* são muito fotogénicos apesar do sarro — ou talvez graças a ele —, e o clima subtropical leva-nos a imaginar que há algo de inevitável na sua condição. Por outras palavras:

um homem pode lutar contra outro homem, mas não contra uma cascata ou contra uma tempestade elétrica.

Mas através da janela da camioneta tinha tido a prova de uma outra coisa: a pobreza de San Cristóbal conseguia ser despojada até aos ossos. As cores eram planas, essenciais e de um brilho enlouquecido: o verde intenso da floresta agarrada ao caminho como um muro vegetal, o vermelho brilhante da terra, o azul do céu com aquela luz que obrigava a manter os olhos permanentemente semicerrados, o castanho compacto daqueles quatro quilómetros de uma margem a outra do rio Eré, tudo me dizia com sinais evidentes que eu não tinha no meu património mental nada comparável com aquilo que estava ali a ver pela primeira vez.

Ao chegarmos à cidade fomos à Câmara Municipal para que nos entregassem a chave da nossa casa, e um funcionário acompanhou-nos na carrinha indicando-nos o caminho. Estávamos quase a chegar quando, de repente, vi, a menos de um metro, um enorme cão pastor. A sensação — certamente provocada pelo cansaço da viagem — foi quase fantasmagórica, como se o cão, mais do que ter atravessado a estrada, se tivesse materializado do nada no meio da rua. Não tive tempo de travar. Agarrei o volante com todas as minhas forças, senti o embate nas mãos e um som que, quando se ouve uma vez, nunca mais se esquece: o som de um corpo a bater num pára-choques. Saímos rapidamente do carro. Não era um cão, mas uma cadela, estava gravemente ferida e ofegante, evitando o nosso olhar como se alguma coisa a envergonhasse.

Maia debruçou-se sobre ela e passou-lhe a mão pelo lombo, um gesto a que a cadela respondeu com um movimento da cauda. Decidimos levá-la imediatamente ao veterinário e enquanto o fazíamos, na mesma carrinha com que a tínhamos atropelado,

tive a sensação de que aquele animal vadio e selvagem era simultaneamente duas coisas contraditórias: um péssimo presságio e uma presença benéfica, uma amiga que me dava as boas-vindas à cidade, mas também uma mensageira que me trazia uma notícia assustadora. Parecia-me até que o rosto de Maia mudara desde que tínhamos chegado, por um lado tinha-se tornado mais comum – nunca tinha visto tantas mulheres parecidas com ela –, e, por outro, mais confuso, a sua pele parecia mais suave e, ao mesmo tempo, mais resistente, o seu olhar mais duro, mas também menos rígido. Tinha posto a cadela no colo e o sangue do animal começara a molhar-lhe as calças. A miúda estava no banco de trás e tinha os olhos presos à ferida. Sempre que a carrinha passava por um buraco na estrada o animal virava-se e emitia um gemido musical.

Diz-se que San Cristóbal nos está ou não no sangue, é um cliché que toda a gente aplica à cidade onde nasceu, em qualquer parte do mundo, mas que aqui tem uma dimensão menos comum e uma realidade extraordinária. É que é precisamente o sangue quem tem de se habituar a San Cristóbal, é o sangue quem tem de alterar a sua temperatura e de se render ao peso da floresta e do rio. O próprio rio Eré, com os seus quatro quilómetros de largura, chegou muitas vezes a parecer-me um grande rio de sangue, e há algumas árvores na região cuja seiva é tão escura que se torna quase impossível pensar nelas como vegetais. O sangue percorre tudo, *preenche* tudo. Entre o verde da floresta, entre o castanho do rio, entre o vermelho da terra, está sempre o sangue, um sangue que desliza e completa as coisas.

O meu batismo foi, portanto, literal. Quando chegámos ao veterinário a cadela estava já praticamente perdida, e ao pegá-la nos braços vi-me impregnado de uma viscosidade que se tornou negra em contacto com a roupa e que tinha um repugnante

cheiro a sal. Maia insistiu que lhe pusessem uma tala na pata e lhe cosessem a ferida do lombo, e a cadela fechou os olhos como se não tivesse vontade de continuar a lutar. Pareceu-me que os seus olhos se moviam nervosamente debaixo das pálpebras fechadas, como acontece às pessoas quando sonham. Tentava imaginar o que estaria a ver, que vida de vagabunda selvática estaria o seu cérebro a reproduzir, e desejei que melhorasse e que sobrevivesse, como se uma boa parte da minha segurança naquele sítio dependesse disso. Aproximei-me dela e pus-lhe a mão no focinho com a impressão, quase com a convicção, de que ela me compreenderia e ficaria connosco.

Duas horas mais tarde, a cadela estava a lacrimejar no pátio da nossa casa e a miúda a preparar-lhe um prato com arroz e restos de comida. Sentámo-nos juntos e disse-lhe para escolher um nome. Ela torceu o nariz, era o seu gesto natural para teatralizar a indecisão e disse: «Moirá». E assim se chama ainda, enquanto dormita tantos anos depois a poucos passos de mim, uma cadela velha deitada no corredor. *Moirá*. Se contra todas as previsões já enterrou metade da família, talvez não seja muito improvável que enterre a família toda. Só agora compreendo a sua mensagem.

Sempre que tento recordar como foram aqueles primeiros anos em San Cristóbal vem-me à memória uma peça musical que costumava dar grandes problemas a Maia no violino: «A Última Rosa do Verão», de Heinrich Wilhelm Ernst, uma espécie de canção tradicional irlandesa a partir da qual também Beethoven e Britten compuseram e na qual parecem ouvir-se duas realidades: por um lado, uma melodia um pouco sentimental e, por outro, uma notável demonstração de técnica. O contraste entre a floresta e San Cristóbal era como o contraste dessas duas verdades; por um lado, havia a realidade demasiado implacável, demasiado desumana da floresta; por outro, uma verdade simples, talvez menos verdadeira, mas certamente mais prática e com a qual nos organizávamos para viver.

Também não pode dizer-se que San Cristóbal fosse muito surpreendente: uma cidade de província com duzentos mil habitantes, com as suas famílias tradicionais (às quais aqui chamam «velhas», como se umas famílias fossem mais velhas do que outras), as suas intrigas políticas e a sua languidez subtropical. Adaptei-me melhor e mais depressa do que imaginara. Ao fim de poucos meses já estava a lutar como um local contra o escapismo dos funcionários públicos, a impunidade de alguns políticos e esses dilemas provincianos que normalmente são herdados, retorcidos e totalmente irresolúveis. Para além das aulas na

escola de música, Maia também dava aulas a umas jovens da classe alta de San Cristóbal, umas raparigas arrogantes e quase sempre muito bonitas. Tinha recuperado a companhia de duas ou três amigas, que se calavam como túmulos sempre que eu entrava em casa, mas cujas vozes eu ouvia sempre, sobrepondo-se umas às outras, quando me aproximava da porta. Tal como Maia, eram professoras de música clássica, todas de origem *ñeê* e tinham formado um trio de cordas que dava recitais na cidade e noutras povoações da região com um sucesso imbatível, não tanto por serem boas intérpretes, mas porque mais ninguém dava concertos.

Aquilo que, durante anos, me parecera uma contradição engraçada do carácter da minha mulher, o facto de se dedicar à música clássica e de considerar que a verdadeira música era aquela que conseguia dançar, tornou-se, nessa altura, perfeitamente compreensível para mim. A música clássica não tinha (nem para ela nem para todas aquelas pessoas que iam aos seus concertos) tanta qualidade enquanto música como enquanto paragem. Fora composta com critérios demasiado longínquos e por mentes demasiado diferentes para poder ser de outra forma, mas isso não significava que aquele público não fosse sensível à sua influência. Quando Maia interpretava aquelas peças, as pessoas punham o mesmo ar concentrado que costumavam pôr ao ouvir uma língua estrangeira particularmente sedutora, mas nem por isso menos incompreensível. Se ela se entregava com tanta paixão quando a tocava e ensinava era, no fundo, porque a considerava alheia e porque era incapaz de se relacionar emocionalmente com ela. Para Maia, a música clássica era uma coisa que só acontecia no cérebro, enquanto o resto da música — a *cumbia*, a *salsa*, o *merengue* — passava pelo corpo, pelo estômago.

Uma pessoa às vezes pensa que, para descer às profundidades da alma humana, tem de entrar num poderoso submarino, mas depois dá por si de escafandro a tentar submergir numa banheira. Acontece o mesmo com os lugares. Se há coisa que caracteriza as pequenas cidades é o facto de serem todas parecidas: quando próximas, reproduzem os mesmos mecanismos de perpetuação do poder, os mesmos circuitos de legitimação e amiguismo, as mesmas dinâmicas. Além de que, de tempos a tempos, costumam gerar os seus pequenos heróis locais: um músico excepcional, uma juíza de família particularmente revolucionária ou uma mãe coragem, mas até esses pequenos heróis parecem integrados num organismo que conta com a sua revolta para continuar a perpetuar-se. A vida das pequenas cidades parece tão regular e previsível como um metrónomo, e às vezes é tão difícil pensar que se pode evitar esse destino como imaginar que o sol possa nascer a ocidente. Mas é exatamente isso que às vezes acontece: o sol nasce a ocidente.

Toda a gente pensa que o assalto ao supermercado Dakota foi o início dos confrontos, mas o problema começou muito antes. De onde saíram as crianças? O documentário mais conhecido sobre o assunto, o tendencioso ou mesmo simplesmente falso *Os Miúdos*, de Valeria Danas, começa com essa frase pomposa em *off*, sobre as imagens sangrentas do supermercado: *De onde saíram as crianças?* E, no entanto, não deixa de ser essa a grande pergunta. De onde? Se uma pessoa não tivesse conhecido uma época em que não estavam ali, quase poderia pensar que sempre tinham percorrido as nossas ruas, crianças sujas, com uma estranha e reduzida dignidade, cabelo desgrenhado e as caras escurecidas pelo sol.

É difícil determinar em que momento o nosso olhar se foi habituando a elas ou se as primeiras vezes que as vimos nos

produziram alguma estranheza. Entre as muitas teorias, talvez a menos absurda seja a de Víctor Cobán numa das suas colunas do *El Imparcial*, quando disse que as crianças chegaram à cidade «a conta-gotas» e que, inicialmente, foram confundidas com as crianças ñeê que estávamos habituados a ver nos semáforos a venderem orquídeas selvagens e limões. Algumas espécies de térmitas conseguem alterar temporariamente o seu aspeto e adquirir o de outras espécies para se introduzirem num ambiente que não é o seu, só o revelando quando já estão instaladas. Talvez as crianças tenham adotado essa estratégia — com a mesma inteligência pré-verbal que os insetos — e tenham feito todos os possíveis para se parecerem com as crianças ñeê que nos eram familiares. Mas mesmo que tenha sido assim, a pergunta continuaria sem resposta: de *onde* saíram? E sobretudo, por que razão tinham todas entre 9 e 13 anos?

A teoria mais simples (mas também a menos comprovada) é a de que se tratavam de crianças raptadas por toda a província que uma rede de tráfico tinha reunido numa zona qualquer da floresta junto ao rio Eré. E não era a primeira vez. Uns anos antes, em 1989, sete raparigas tinham sido resgatadas antes de serem «distribuídas» pelos bordéis do país, e ainda estavam bem presentes na memória coletiva as fotografias que a Polícia lhes tirou quando foram encontradas numa pequena quinta no meio da floresta, apenas a três quilómetros de San Cristóbal. Tal como certos episódios da vida não permitem que a ingenuidade se perpetue, aquela imagem determinara um antes e um depois na consciência de San Cristóbal. Não se tratava apenas de admitir a existência de uma realidade social indiscutível, mas sim o facto de a vergonha que essa realidade produzia ter passado a integrar a consciência coletiva do mesmo modo que alguns acontecimentos traumáticos moldam o carácter de certas famílias: silenciosamente.

Assim, as pessoas supuseram que aquelas crianças tinham fugido de um «aquartelamento» semelhante e que tinham aparecido na cidade de um dia para o outro. A teoria — sem nenhum fundamento, repito — baseava-se naquela proeza pouco honrosa de estarmos na província número um do país em crianças raptadas, mas tinha também o mérito de explicar a língua supostamente «incompreensível» que as 32 falavam e que se supunha ser uma língua estrangeira. Na altura, ninguém parecia compreender uma coisa muito simples: aceitar essa tese era o mesmo que acreditar que, de um dia para o outro, a mendicidade infantil tinha aumentado cerca de 70 por cento sem que ninguém desse por isso.

Ao rever as atas das reuniões do Departamento dos Assuntos Sociais daqueles meses (enquanto fui diretor, como já disse), confirmei que a primeira vez que a mendicidade infantil aparece como um dos pontos da ordem de trabalhos é no dia 15 de outubro de 1994, ou seja, duas semanas antes do assalto ao supermercado Dakota. O que significa que — se pensarmos na lentidão com que, em San Cristóbal, um problema real chegava às instituições — a presença das crianças na cidade se terá forçosamente manifestado pelo menos dois ou três meses antes dessa data, ou seja, em julho ou agosto desse ano.

A teoria da fuga massiva de um aquartelamento na floresta é tão incoerente que quase é mais credível a «tese mágica» que tanto expôs ao ridículo Itaete Cadogán — o representante da comunidade ñeê —, ao garantir que aquelas crianças tinham «brotado» do rio. Se não tomarmos a palavra «brotar» no seu sentido literal, talvez não seja totalmente inverosímil a suposição de que se produziu uma súbita ligação entre as suas consciências e que isso as terá levado a reunirem-se na cidade de San Cristóbal. Hoje sabemos que, embora mais de metade

dessas crianças fosse de cidades e povoações próximas de San Cristóbal (e que apenas uma percentagem muito menor eram crianças raptadas), havia outras que tinham inexplicavelmente percorrido mais de mil quilómetros, vindas de cidades como Masaya, Siuna ou San Miguel del Sur. Com a identificação dos cadáveres soube-se que duas delas eram da capital, eram crianças cujo desaparecimento tinha sido participado, meses antes, às autoridades, e em cujo mundo não acontecera nada especialmente alarmante até ao momento da sua «fuga».

As situações extraordinárias obrigam-nos sempre a raciocinar com uma lógica diferente. Alguém comparou certa vez o aparecimento das crianças com esses fascinantes voos sincronizados dos estorninhos: bandos de seis mil pássaros formam, num abrir e fechar de olhos, uma nuvem compacta capaz de se mover em unísono em guinadas de 180 graus. Lembro-me de uma ocasião que, por um motivo qualquer, permaneceu todo este tempo intacta na minha memória. Foi num dos meses em que elas provavelmente chegaram. Eu ia com Maia de carro, de manhã, para o meu gabinete na Câmara. Em San Cristóbal os horários são muito rígidos por causa do calor, as pessoas acordam às seis da manhã e a vida começa literalmente ao amanhecer, os horários oficiais são das sete à uma, momento em que o calor geralmente se torna insuportável. Durante as horas mais duras — da uma às quatro e meia, na estação húmida —, a cidade vive esborrachada por um cansaço subtropical, mas de madrugada os sancristobalenses são tão enérgicos quanto conseguem, o que, mesmo assim, não é muito. Naquela manhã, Maia foi comigo porque tinha coisas para fazer na escola de música, e quando chegámos ao semáforo que ficava à entrada do centro, vimos um grupo de crianças entre os 10 e os 12 anos a pedir dinheiro. Eram e não eram como os de sempre. Ao contrário dos outros,

simples e queixosos quando pediam, estes tinham uma altivez distinta, quase aristocrática. Maia procurou umas moedas no porta-luvas, mas não encontrou nada. Um dos miúdos ficou a olhar para mim. O branco dos seus olhos brilhava com uma intensidade fria, e a sujidade da sua cara fazia um tal contraste com esse brilho que, por momentos, me deixou sem palavras. O semáforo ficou verde e apercebi-me de que tinha estado o tempo todo com o pé no acelerador, como se não visse a hora de me afastar dali. Antes de o fazer, virei-me para ele uma última vez. De repente, sem qualquer transição expressiva, o rapaz fez-me um grande sorriso.

Que razão misteriosa faz com que a nossa experiência se concentre numas imagens e não em outras? Seria confortável admitir que a memória é tão arbitrária como os nossos gostos, que escolhe as nossas recordações com a mesma contingência com que o nosso paladar decide que gostamos de carne, mas não de marisco, e, no entanto, há qualquer coisa que nos garante que até isso ou, melhor ainda, isso *acima de tudo*, obedece a um código que tem de ser decifrado e que é absolutamente acidental. O sorriso daquele rapaz perturbou-me porque confirmava que tinha havido uma ligação entre nós, que alguma coisa que tinha começado em mim tinha acabado nele.

Com o passar dos anos verifiquei que aquele encontro no semáforo era, na verdade, uma experiência muito comum entre os habitantes de San Cristóbal. Se lhes perguntarmos, todos acabam por contar episódios parecidos ou, pura e simplesmente, iguais. Crianças que se voltam no preciso momento em que alguém as fixa ou que aparecem quando se pensa nelas, presenças reais ou fantasmagóricas que abrem caminho entre os sonhos e que, no dia seguinte, estão à espera no lugar onde alguém as sonhou... Afinal de contas, talvez não seja assim tão inexplicável

que quando alguém nos observa, nos fala ou simplesmente pensa em nós, não conseguimos evitar virar-nos para esse foco de atenção. Aquelas crianças — cuja quantidade era naquela altura já suficientemente razoável para ter chamado a atenção — começaram a funcionar na cidade de San Cristóbal como uma espécie de vetor energético, estávamos todos dependentes delas sem o sabermos.

O Departamento dos Assuntos Sociais foi muitas vezes acusado, e eu em particular, de não ter previsto antecipadamente aquilo que era, sem dúvida, o início de um problema. Este não é o local mais indicado para discutir o desporto nacional de falar sobre segunda-feira com a imprensa de quarta, mas nem é preciso dizer que bastou apenas um par de meses após os confrontos para que a cidade se enchesse de especialistas em mendicidade infantil e apóstolos do bom senso. Os mesmos que quiseram pôr a Polícia na rua depois do assalto ao supermercado Dakota transformaram-se, de um momento para o outro, em mestres zen da moderação, e acusaram-nos, com a agressividade que só alguns delinquentes poderiam merecer, de não ter atuado «com a celeridade necessária».

Noutra altura da minha vida talvez me tivesse defendido. Hoje reconheço que há qualquer coisa de acertado na afirmação, mas, mesmo assim, o que significaria para aquelas pessoas e naquele momento atuar com «a celeridade necessária»? Fechar todas as crianças no orfanato, convocar a população, gerar um estado de animosidade contra umas crianças que, até àquele momento, não tinham dado maior prova de falta de civismo do que ter fome e não ter casa?

Há coisas que acontecem mais depressa e mais facilmente do que se poderia imaginar: os confrontos, os acidentes, as paixões. Também os costumes. Naquela época eu levava a miúda

à escola todas as manhãs e fazíamos um pequeno jogo. Era tão esquemático e surgiu entre nós com tanta naturalidade que cheguei a pensar que duraria para sempre, que quando ela crescesse continuaríamos a jogar, ela com a estranha curvatura do seu pescoço à minha frente, eu sentindo os seus passos atrás de mim. Talvez o mais divertido do jogo fosse precisamente a sensação de não estarmos a jogar, de nos revelarmos ao olhar um do outro. Consistia em começarmos a avançar mais depressa sem dizer nada, primeiro eu, depois ela, depois novamente eu, até que chegávamos à escola. Aquele que ia à frente ficava uns segundos afastado do outro, mas depois abrandava o passo e deixava-se ultrapassar. De vez em quando, um dos dois representava uma personagem, um homem apressado que chegava tarde ao trabalho e olhava de forma teatral para o relógio, uma rapariga que ia dando saltinhos enquanto assobiava, um polícia que fingia persegui-la, mas a maioria das vezes éramos simplesmente nós mesmos a caminhar um pouco mais depressa.

É estranha a importância que tinham para mim aqueles momentos em que esperava que a miúda me ultrapassasse com os seus pequenos passos. Parecia-me que o amor por ela — ou essa leve vigilância e esse estado de alerta que tanto se parecem com o amor — era como o oposto da minha relação com Maia, amorosa também, mas sem rituais nem expectativas. Se em Maia eu amava a minha incapacidade de aceder ao fundo dos seus pensamentos, na miúda amava *aquilo* que se repetia quase contra a nossa vontade, aquele espaço que tínhamos criado juntos.

Ao contrário dos outros familiares que iam até à escola, eu não era o pai biológico da minha filha, e isso notava-se quando chegávamos: não só não éramos parecidos fisicamente, como nos afastávamos sem darmos muitas explicações e um pouco envergonhados. Na altura eu não sabia uma coisa que agora

sei: que a parecença está longe de ser a estrutura atômica do parentesco. Entre um adulto e uma criança que querem ser um verdadeiro pai e uma verdadeira filha, não serem parecidos não é — como normalmente se pensa — assumir um destino infeliz, o mundo está cheio de famílias zangadas com traços idênticos e de famílias felizes cheias de diferenças.

Antes da chegada de Maia, as crianças eram para mim umas criaturas com quem tinha de *inventar* uma relação. Desconfiava das pessoas que afirmavam gostar ou não gostar de crianças de forma generalizada, porque até eu — que sempre tivera uma certa dificuldade em lidar com crianças — tinha passado muitas vezes pela experiência de me cruzar com algumas que me provocavam uma simpatia instantânea. Gostava dos ensimesmados e trapalhões, e sentia antipatia pelos protagonistas, os vaidosos e os muito faladores (sempre odiei as características infantis nos adultos e as «adultas» nas crianças), mas as ideias pré-concebidas que uma pessoa carrega consigo durante anos acerca da infância evaporam-se no instante em que uma criança real passa a fazer parte da nossa vida.

A miúda partilhava com as crianças dos confrontos uma característica especial: duvidava do seu verdadeiro direito sobre as coisas que a rodeavam. Talvez isto pareça ser uma coisa sem importância, mas não é. Por norma, e se à sua volta tiverem um ambiente minimamente equilibrado, as crianças sabem que são herdeiras naturais daquilo que as rodeia, o carro dos pais é diretamente o *seu* carro; a casa é a *sua* casa, etc. Uma criança não rouba aos pais um garfo de cozinha, seria um absurdo, esse garfo já lhe pertence. Uma rapariga não rouba a roupa dos pais quando eles saem para se pôr a brincar. A posse é um dado puro da consciência infantil, uma categoria com a qual filtra a realidade. As crianças dos confrontos, aqueles rapazes e

raparigas que começávamos a ver diariamente espalhados pelas ruas, entre alguns semáforos ou a dormir em pequenos grupos nas margens do Eré, e que desapareciam da cidade ao cair da noite, partilhavam com a minha filha a consciência de que — ao contrário das crianças «normais» — não eram herdeiros legítimos de nada. E como não eram herdeiros legítimos tinham de *roubar*.

Ponho esta palavra em itálico intencionalmente. Como disse uma colega minha da Câmara há muito tempo, «o problema dos confrontos é que, durante aqueles anos, só nos atrevíamos a *pensar em voz baixa*». A palavra «roubo», a palavra «ladrão», a palavra «assassinato». Estamos rodeados de palavras que , até agora, só eram ditas num sussurro. Nomear é outorgar um destino, ouvir é obedecer.

**«A palavra roubo, a palavra ladrão,
a palavra assassinato. Estamos rodeados
de palavras que, até agora, só eram ditas
num sussurro.»**

San Cristóbal, uma pequena cidade tropical fechada entre a selva e o mar, é subitamente invadida por um violento grupo de trinta e duas crianças de origem desconhecida, cuja linguagem ninguém entende, que espalha o terror na sua pacata população. *República Luminosa* é a crónica desses dias, carregada de factos, provas e rumores acerca do modo como, durante esse ano e meio em que as crianças tomaram conta da cidade, San Cristóbal se viu obrigada a reformular a ideia de ordem e violência e a própria noção de civilização. Tensa, angustiante e com a mesma nitidez de Conrad em *O Coração das Trevas*, a coragem narrativa de Barba e o seu talento para a criação de uma fábula sombria e metafísica brilham inegavelmente ao longo das páginas deste romance desconcertante.

**«[*República Luminosa*] é tão inquietante quanto revelador,
possuidor de uma estranha beleza que se prende
à sua epifania final.»**

Babelia

**«Um romance que excede William Golding
e o seu *O Deus das Moscas*.»**

ABC Cultural

ELSINORE

entre nós e as palavras

20|20 editora

ISBN 978-989-8864-34-5



9 789898 864345

Literatura Traduzida

YOU ARE WELCOME TO WWW.ELSINORE.PT